

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 01 de dezembro de 2025 às 07h55
Seleção de Notícias

AdNews | BR

Propriedade Intelectual

Nike perde registro da marca Total 90 e pode enfrentar disputa judicial nos EUA 3

Jota Info | BR

Marco regulatório | INPI

Juiz nega pedido da Yakult para que leite fermentado Isinho troque de embalagem 5
CAROLINA MAINGUÉ PIRES

Metrópoles Online | BR-DF

Marco regulatório | INPI

Justiça dá vitória a Stevie B em briga por marca no Brasil 7
FÁBIA OLIVEIRA

MSN Notícias | BR

Propriedade Intelectual

Apple adia lançamento de série após acusação de plágio 8
MSN

O Estado de S. Paulo | BR

29 de novembro de 2025 | Marco regulatório | INPI

Coluna do Estadão 9
COLUNA DO ESTADÃO | ROSEANN KENNEDY

Gazeta do Povo - Online | BR-PR

Marco regulatório | INPI

Propriedade Industrial: a importância do trade dress e da proteção à criação 11

Nike perde registro da marca Total 90 e pode enfrentar disputa judicial nos EUA



Expiração do nome abre brecha para empresa da Louisiana, que acusa gigante esportiva de uso indevido

A Nike pode enfrentar um novo capítulo jurídico após perder o registro da marca Total 90 (T90), usada em chuteiras icônicas vestidas por nomes como Wayne Rooney, Fernando Torres e Roberto Carlos. Documentos obtidos pelo site Footy Headlines indicam que a empresa deixou expirar o registro após um período de inatividade - o que permitiu que a Total90 LLC, sediada na Louisiana (EUA), reivindicasse legalmente a marca e processasse a gigante esportiva por uso indevido.

A Total90 marcou uma época no futebol e se tornou um dos produtos mais reconhecidos da Nike nas décadas de 2000 e 2010. A reativação recente da linha, com relançamentos do T90 Laser e edições lifestyle, agora é central no processo movido pela empresa da Louisiana, que acusa a Nike de violar direitos que já não lhe pertencem.

Para Gustavo Biglia, sócio do Ambiel Bonilha Advogados e especialista em Direito Societário, o episódio evidencia um risco comum - mesmo entre corporações globais. "Quando uma empresa do porte da Nike deixa um registro essencial caducar, abre-se um flanco perigoso: terceiros podem se apropriar de um ativo que deveria estar devidamente resguardado.

Trata-se de uma falha clássica de governança de marcas", afirma. "A companhia acaba na situação desconfortável de ter que justificar o direito de usar o próprio nome que ela mesma projetou globalmente."

A advogada Giovanna Vasconcellos, especialista em **Propriedade** Intelectual no mesmo escritório, reforça que o problema nasce da negligência na gestão do portfólio marcário. "Quando uma companhia desse porte permite que um sinal distintivo expire sem renovação, cria um verdadeiro vácuo jurídico. É praticamente 'entregar de bandeja' a terceiros a chance de explorar um ativo que deveria estar integralmente resguardado", explica. "Situações assim obrigam a empresa a gastar tempo e recursos tentando reaver algo que, em boa governança, jamais deveria ter escorregado pelas mãos."

O cenário é ainda mais delicado porque a Nike já vinha preparando novos relançamentos da T90 para o ciclo da Copa do Mundo de 2026, inclusive uma colaboração com a marca Palace, que utiliza a sigla "P90" inspirada na linha. Uma decisão judicial desfavorável pode comprometer esses projetos, além de afetar um portfólio que depende fortemente da nostalgia e do apelo histórico do produto.

Segundo Giovanna, o impacto vai além da questão financeira: "Casos como esse têm repercussões reputacionais importantes. A perda de controle sobre um símbolo cultural e esportivo como a Total 90 enfraquece a percepção de solidez na gestão de ativos intangíveis. É um cenário que lembra a disputa entre a Cisco e a Apple pelo nome 'iPhone'."

Casos emblemáticos reforçam o alerta

A disputa da Total 90 se junta a outros episódios conhecidos na **Propriedade** Intelectual.

O Burger King, ao tentar entrar na Austrália, des-

Continuação: Nike perde registro da marca Total 90 e pode enfrentar disputa judicial nos EUA

cobriu que o nome já estava registrado por um terceiro. Sem alternativa, adotou a marca Hungry Jack's - uma exceção que permanece até hoje e exigiu tempo e investimento para adaptação.

A Tesla viveu situação parecida na China: precisou litigar e pagar quantias expressivas para recuperar um registro que considerava "naturalmente seu". Já a Sony, ao deixar registros do Walkman expirarem na Rússia, viu terceiros correrem para registrar nomes semelhantes, iniciando uma longa disputa judicial.

Esses casos mostram, segundo Giovanna, que mesmo sistemas internacionais como o Protocolo de Madrid - administrado pela OMPI - não dispensam as exigências de cada país. "Foram justamente regras nacionais que determinaram os desfechos no caso do Burger King na Austrália, da Tesla na China e da Sony na Rússia. A proteção internacional e a gestão local caminham juntas e se complementam na construção de um portfólio sólido", afirma.

Juiz nega pedido da Yakult para que leite fermentado Isinho troque de embalagem



Magistrado considera que formato 'ondulado' é padrão de mercado e não configura concorrência desleal. Uma decisão da 11ª Vara Cível de João Pessoa julgou improcedente um pedido da multinacional japonesa Yakult para que o leite fermentado Isinho, produzido pela empresa paraibana Laticínio Belo Vale, deixe de usar embalagem em formato semelhante ao da marca asiática.

A Yakult queria ainda que a concorrente pagasse indenização por danos materiais e morais. Já a Laticínio Belo Vale argumentou que o formato ondulado se tornou padrão de mercado para diversas marcas de leite fermentado e que as formas e proporções da sua embalagem não são as mesmas da empresa estrangeira.

Conheça o JOTA PRO Poder, plataforma de monitoramento que oferece transparência e previsibilidade para empresas

Em laudo pericial, constatou-se que a marca tridimensional utilizada pela Yakult é a mais antiga no mercado e que outros pedidos de registro de marca foram indeferidos pelo Instituto Nacional da **Propriedade** Intelectual (**INPI**) por reproduzirem

ou imitarem o formato da japonesa.

O perito também entendeu que a forma ondulada da embalagem auxilia na empunhadura, que existe um padrão de mercado para embalagens semelhantes de leite fermentado e que as diferenças encontradas no rótulo do Isinho, como cores e a presença do personagem que dá nome ao produto, são suficientes para diferenciá-lo do Yakult.

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

O juiz Ricardo da Costa Freitas, que proferiu a sentença, entendeu que "a eventual semelhança de imagens em sites de terceiros, sobre as quais a promovida não tem controle e que foram removidas de seus próprios canais, não pode ser imputada à parte promovida como violação de marca ou concorrência desleal no contexto da comercialização efetiva do produto".

Isso porque, de acordo com o magistrado, ainda que alguns sites trouxessem imagens do Isinho com embalagem de formato que remetia diretamente ao do Yakult, nos pontos de venda física os rótulos e proporções não são iguais, de modo que não estaria configurada a concorrência desleal.

Para Gustavo Escobar, da Escobar Advocacia, que representa a Laticínio Belo Vale no processo, a decisão é importante por considerar que o registro da marca não garante a exclusividade uma vez o formato da embalagem possui elementos que a tornam mais funcional. "Há uma compreensão de que os aspectos funcionais não devem ser protegidos, pois não são só elementos decorativos. Isso deixa margem para que outras pessoas também possam utilizar desse formato", afirmou ao JOTA.

Continuação: Juiz nega pedido da Yakult para que leite fermentado Isinho troque de embalagem

A defesa da Yakult considera que a posição do juiz chama atenção pelo ineditismo. "A decisão foi completamente contrária a todas as decisões que já vimos nos processos da Yakult. Foi bastante inusitado", disse Ana Luiza Pinheiro, sócia do Araripe Advogados, que confirmou que a empresa entrará com recurso.

Ela citou outras ações movidas contra concorrentes

nas quais há decisões favoráveis à multinacional ou nas quais as partes firmaram acordo.

O processo 0817669-21.2021.8.15.2001 tramita no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB).

Justiça dá vitória a Stevie B em briga por marca no Brasil



Tribunal determinou direitos de uso da marca após disputa prolongada

O cantor americano Stevie B., conhecido no Brasil pelos shows e pelo projeto O Baile dos Sonhos Music Festival, obteve uma vitória na Justiça brasileira.

Representado pelo advogado Dr. José Estevam, especialista em Direito do Entretenimento, o artista teve reconhecido o uso indevido e confusório de sua marca por terceiros.

Entenda

A ação envolvia um evento paralelo chamado "Baile Dus Bailes", que utilizava um nome semelhante ao festival de Steve B. e publicava conteúdos nas redes sociais que poderiam levar o público ao erro. A decisão determinou que todas as postagens e menções ao nome irregular fossem removidas em até cinco dias, sob pena de multa diária.

De acordo com o processo, o festival criado por Stevie B. atua no país há mais de seis anos, com uso da marca desde 2018, enquanto aguarda registro formal no **INPI** para "O Baile dos Sonhos Music Festival". A Justiça entendeu que a reprodução do nome concorrente trazia risco à imagem, à reputação e à estratégia comercial do cantor.

4 imagens Fechar modal. 1 de 4 Stevie B. Reprodução/Internet. 2 de 4 Stevie B. Reprodução/Internet. 3 de 4 Stevie B. Reprodução/Internet. 4 de 4 Stevie B. Reprodução/Internet.

Advogado se pronunciou

Em entrevista à coluna Fábria Oliveira, o advogado Dr. José Estevam comentou a decisão:

"Essa decisão mostra a importância de resguardar marcas do entretenimento. O público não pode ser confundido por eventos que tentam se aproximar indevidamente de projetos já consolidados. Estamos satisfeitos em garantir justiça ao Stevie B."

A decisão reforça a necessidade de proteger a **propriedade** intelectual e a identidade visual de artistas e projetos do setor musical, especialmente em um momento de grande exposição nas redes sociais.

Apple adia lançamento de série após acusação de plágio

O lançamento de "The Hunt" foi adiado por tempo indefinido pela Apple TV, informou a produtora da série em um comunicado esta semana. O adiamento acontece após uma denúncia de plágio de um especialista da mídia francesa, segundo a Variety.

"A transmissão de nossa série 'The Hunt' foi temporariamente adiada. Atualmente, estamos conduzindo uma revisão completa para resolver quaisquer questões relacionadas à nossa produção. Levamos muito a sério as questões de **propriedade intelectual**", disse a Gaumont.

De acordo com a publicação, o criador e diretor Cédric Anger foi acusado de copiar a história da série do romance "Shoot", de 1973, de Douglas Fairbairn, que anteriormente foi adaptado para o filme homônimo de 1976.

"The Hunt" não aparece mais na página dos lançamentos do Apple TV. A série francesa está com estreia marcada para a próxima semana, dia 3 de dezembro.

Segundo a sinopse previamente divulgada, a produção acompanha um grupo de caçadores que guardam um segredo sobre um acontecimento na floresta -- até que eles começam a sentir que estão sendo vigiados e perseguidos.

Nomes como Benoît Magimel ("A Professora de Piano"), Manuel Guillot ("No Portal da Eternidade"), Cédric Appietto ("Uma Vida Violenta"), Paul Beau-repaire ("É Tempo de Amar") e mais estão no elenco.

Veja também: o que chega aos streamings em novembro

Coluna do Estadão

COLUNA DO ESTADÃO



por Kleber Sales André Mendonça, ministro do STF

ROSEANN KENNEDY

COM EDUARDO BARRETTO E IANDER PORCELLA COLUNA DO ESTADÃO GESTÃO.COM ESTADÃO.COM.BR/POLÍTICA/COLUNA-DO-ESTADÃO

Coluna do Estadão

Tribunal autorizou Master a fazer empréstimo consignado com desembargadores na BA

Desembargadores, juízes e servidores do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) tinham autorização para firmar empréstimos consignados com o Banco Master, que neste mês foi liquidado pelo Banco Central - parou de funcionar - e teve a cúpula presa pela Polícia Federal. Um dos contratos do Master com o TJBA foi assinado por Luiz Antônio Bull, diretor de compliance do banco preso preventivamente na Operação Compliance Zero, que apura supostos crimes financeiros na venda do Master para o Banco de Bra-

sília (BRB). A Corte habilitou o Master a fazer empréstimos com desconto na folha de pagamento de magistrados e funcionários há dois anos e meio. Essa modalidade de crédito também vale para aposentados do tribunal. Procurado, o TJBA não respondeu.

O primeiro contrato entre o Banco Master e o Tribunal de Justiça da Bahia foi homologado em julho de 2023 e venceu em maio passado. Duas semanas depois, o serviço foi logo renovado para os magistrados da Corte. Outro contrato foi formalizado, com vigência até 2027.

A Aeronáutica também tem um contrato com o Master de crédito consignado para militares da ativa e da reserva. O documento, assinado em 2024, vence em 2029. Procurados pela Coluna, o Ministério da Defesa e a Aeronáutica não responderam.

Líder do governo no Senado, Jaques Wagner (P-T-BA) vai trabalhar sozinho em busca de votos para aprovar a indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, ao STF. Integrantes da base avisaram que não vão "mover uma palha". O grupo avalia que, se o presidente Lula quiser aprovar seu indicado, terá de pedir votos pessoalmente.

Lula está contando com um cabo eleitoral bolsonarista para emplacar Messias. André Mendonça, ministro do STF, reforçou a campanha para o AGU ocupar a cadeira na Corte. Mendonça tem conversado com os senadores, na expectativa de aumentar o grupo "terrivelmente evangélico" no Supremo.

Mas Mendonça constatou que ainda não há votos suficientes para ser aprovado no Senado para uma cadeira na Corte. Procurado, o ministro não comentou.

O iFood aponta que a taxa mínima de R\$ 10 por entrega e o adicional de R\$ 2,50 por km rodado, em dis-

cussão na Câmara, aumentariam em 22% o custo final ao consumidor. Segundo simulação da empresa obtida pela Coluna, restaurantes perderiam 43% do faturamento. O relatório da regulamentação do trabalho por aplicativos deve ser finalizado em breve pelo deputado Augusto Coutinho (Republicanos).

O Brasil registrou 10.682 **patentes** neste ano. É o menor número desde 2020, segundo dados do **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi)**. Em paralelo, a quantidade de casos analisados de janeiro a outubro deste ano é a mais baixa desde 2016.

O instituto afirma que a queda ocorreu pela conclusão de uma força-tarefa que reduziu o estoque de pedidos de 2019 a 2023. O órgão acrescentou que a fila de pedidos caiu de 139 mil em 2020 para 71 mil neste mês, e que os processos que duram mais de uma

década "não fazem mais parte da realidade do **Inpi**".

PRONTO, FALEI!

"Prisão domiciliar para o general Augusto Heleno, que sofre de Alzheimer como declarou, é um ato de justiça em meio à injustiça de sua condenação." - Carlos Portinho, Senador (PL-RJ)

Daniel Neves

Presidente da Anafima

Com o presidente do Comitê da Cites/Suíça, Mathias Lórtscher, no Usbequistão, em evento sobre uso do pau-brasil para fabricar instrumentos musicais.

Propriedade Industrial: a importância do trade dress e da proteção à criação



Em um mercado cada vez mais competitivo e digitalizado, proteger a identidade visual e as inovações de uma empresa é fundamental. Copiar embalagens, logotipos, formatos ou até cores pode parecer algo simples, mas pode gerar grandes disputas judiciais. É nesse contexto que o conceito de trade dress ou conjunto-imagem vem ganhando destaque no campo da **propriedade** industrial no Brasil. Confira a entrevista exclusiva do advogado Dr. Paulo Sérgio Ivanoski

A proteção da **propriedade** industrial é essencial para empresas e empreendedores que desejam preservar suas criações, marcas e inovações. No país, o tema é regulamentado pela Lei Federal nº 9.279/96 (Lei da **Propriedade** Industrial - LPI), que define direitos e deveres relacionados a patentes, marcas, desenhos industriais e outros elementos que compõem o patrimônio intelectual de uma organização.

De acordo com análise do escritório JD Advogados Associados, a LPI tem como objetivo garantir segurança jurídica e incentivar a inovação, permitindo que inventores e empresas usufruam de forma exclusiva dos frutos de seu trabalho. A lei protege desde invenções e modelos de utilidade até desenhos industriais e marcas, além de combater práticas como concorrência desleal, falsificação e uso indevido de sinais distintivos.

Um dos temas mais debatidos nesse campo é o trade

dress, conceito que representa a identidade visual de um produto ou serviço. Embora o Brasil ainda não tenha uma legislação específica sobre o assunto, o trade dress é amplamente reconhecido pela jurisprudência como uma forma de distinguir produtos e evitar confusão entre consumidores.

O trade dress abrange elementos como embalagem, formato, cor, textura, tipografia, gráficos e design geral, ou seja, todos os aspectos visuais que tornam um produto único aos olhos do público. Sua proteção visa impedir que concorrentes copiem a "roupagem" de um produto ou serviço com o intuito de se beneficiar de sua reputação ou induzir o consumidor ao erro.

Casos de imitação ou reprodução de características visuais configuram concorrência desleal, e podem gerar indenização por danos materiais e morais ao titular original. O combate a esse tipo de prática é um dos focos de atuação do **INPI** (**Instituto** Nacional da Propriedade Industrial), responsável pela análise e concessão de registros no país.

Mais do que uma garantia legal, o registro de patentes, marcas e desenhos industriais é uma forma de proteger o investimento criativo e fortalecer a imagem de uma empresa no mercado. O JD Advogados Associados reforça que compreender e aplicar as regras da LPI é essencial para quem deseja crescer de forma segura e sustentável.

Em um mercado cada vez mais competitivo, proteger a identidade visual é essencial. Confira a entrevista exclusiva com o advogado Advogado Paulo Ivanoski sobre trade dress e **propriedade** industrial.

Jornal Gazeta do Povo: Por que o trade dress tem ganhado cada vez mais relevância nas disputas judiciais e empresariais?

O aumento da concorrência e a facilidade de acesso a

Continuação: Propriedade Industrial: a importância do trade dress e da proteção à criação

informações e produtos fazem com que empresas busquem se diferenciar visualmente. Por isso, o trade dress passou a ser um importante instrumento de proteção. Quando uma identidade visual é copiada, o prejuízo vai além das vendas: atinge a credibilidade e o reconhecimento da marca no mercado.

2. Jornal Gazeta do Povo: Como as empresas podem identificar se o conjunto-imagem de seus produtos está sendo copiado?

A observação do mercado e o monitoramento constante de produtos concorrentes são essenciais. Sempre que houver semelhança visual capaz de causar confusão no consumidor, há indício de violação do trade dress. Nesses casos, o registro de marca e o suporte jurídico especializado são as principais formas de garantir a defesa da empresa.

3. Jornal Gazeta do Povo: Quais medidas preventivas o empresário deve adotar para proteger suas marcas e criações?

Além de registrar suas marcas e desenhos industriais junto ao **INPI**, é importante manter documentação

técnica e comprobatória de que o design, embalagem ou logotipo são originais. O acompanhamento jurídico especializado ajuda a evitar práticas ilegais e a agir rapidamente em caso de cópias ou concorrência desleal.

A JD Advogados conta com equipe especializada em **Propriedade Industrial**, atuando na proteção de marcas, patentes e trade dress. O escritório orienta empresas e empreendedores em todas as etapas do registro e defesa de seus direitos, garantindo segurança jurídica e valorização de seus ativos intangíveis.

O escritório produz conteúdo informativo com regularidade. Acompanhe em <https://jdadadvogados.com.br/> e pelas redes sociais.

Siga no instagram: @jorgedomingosadvocacia/

Acompanhe no LinkedIn: <https://www.linkedin.com/company/jorge-domingos-advogados-associados/>

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3, 5, 7, 8

Marco regulatório | INPI
5, 7, 9, 11

Patentes
9

Propriedade Industrial
9, 11